

Companheiros?

Na verdade, somos todos cúmplices, quase sem exceção, desse estado generalizado de subdesenvolvimento moral que assola o País. Assistimos, com cara de perplexos, a divulgação do atual festival de improbidades, como se já não soubéssemos que a corrupção e a desfaçatez são características estruturais desta grande e injusta nação.

Os cínicos têm dito: "Temos instituições fortes, maiores do que isso tudo". Mas, falemos sério, onde estão esses tais pilares da vida institucional brasileira? Confirmando a regra, por meio de algumas raras e honrosas exceções, podemos, sim, generalizar. Dos poderes executivos (com minúsculas, mesmo), nos três níveis, por todo o Brasil, se fiscalizados com lupa vão pulular exércitos de marcos-valérios, de todas as cores, religiões e variações capilares, alguns, inclusive, podendo dar aulas de corrupção ao personagem original. Nos legislativos, a exemplo do congresso nacional (sem maiúsculas), pratica-se, de forma abrangente, a gestão pública de interesses privados, em que pouco acontece sem o "por fora", agora emblematicamente conhecido como mensalão. O judiciário, estamos carecas (sem trocadilho) de saber, não funciona, travado pelo cartorialismo e pelo nepotismo endêmico, perpetrado por funcionários públicos que se consideram pertencentes a uma outra casta, elevada e intocável. Ainda generalizando, fazem parte do mesmo saco de horrores as bandas podres das polícias e dos mais diversos fiscais, que, por esprit de corps, acabam por macular até os não-criminosos.

Na dita sociedade civil, o quadro moral não é distinto, já que as famosas "élites" se locupletam no clientelismo público, em que ilícito é apenas a safadeza praticada pelo vizinho. No centro dessa cadeia de promiscuidades público-privadas (as verdadeiras ppp's),

está o arcaico sistema representativo-confederativo, fascista antes de varguista, pelo qual o Estado deve prover os canais de representação patronal e laboral. Pior, ainda, são os ricos de revista, "dasluzeiros", "edemares" e celebrities, que não têm vergonha na cara de ostentar a iniquidade de seu mal gosto e fortunas, muitas delas amealhadas ao arrepião da lei e na exploração dos coitados Brasil afora.

E o que os negócios eletrônicos têm a ver com isso? Tudo, já que, por essas e outras, o cenário político-tecnológico é superficial, carente de lideranças e de gente com independência e coragem para falar o que deve ser falado. Por um lado, não querem perder as "boquinhas", existentes ou potenciais. Por outro, temem a perseguição dos agentes da ordem, sempre céleres e implacáveis nesses casos. Nesse quadro, aceitam o imobilismo e a verdadeira papagaiada dos sabe-tudo da vez, condenando o País à desconstrução, que, hoje, começa pelo xiitismo rodando em Linux (quando os 20 milhões de reais de PCs do PT/BB operam Windows), passa pela estatização da produção de tecnologia, desembocando em ilegalidades nas licitações, como mostra a imprensa.

É este o País que queremos deixar para nossos filhos? Eu não! Por isso, provoco os homens de bem a se indignarem e a se manifestarem, sem medo, para tomarmos o Brasil das mãos dos corruptos. E eu, que não tenho telhado de vidro, atiro a primeira pedra, disponibilizando a quem quiser meus sigilos bancário, fiscal, telefônico e até o da minha cueca samba-canção. ■■■

Cid Torquato é advogado e diretor-executivo da Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico

cid.torquato@camara-e.net



11

B2B
AGOSTO
2005